

SEMANA  
DE AÇÃO  
MUNDIAL  
2022



# BALANÇO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

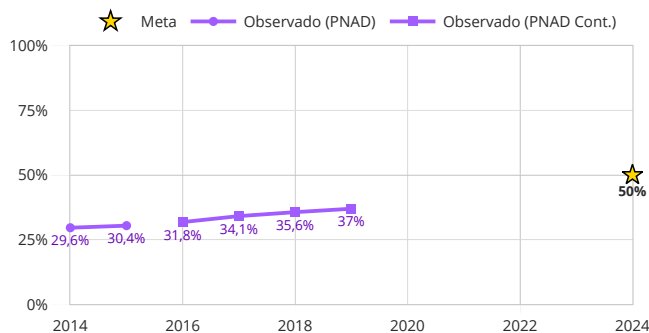
Aqui você encontra um conjunto de cartelas com os dados mais recentes que mostram em que pé se encontram todas as metas do Plano Nacional de Educação, lei construída a milhares de mãos, com muita participação social, e que funciona como bússola e estrutura para as melhorias em nossa educação. Nesse balanço do PNE, contamos o que já foi cumprido, o que falta cumprir e também o impacto desse estado de cumprimento em nossas vidas.

O PNE não está sendo cumprido. No lugar dele, são colocadas uma série de políticas públicas que vão na contra-mão do que ele preconiza: políticas discriminatórias, excludentes, de censura, e de esvaziamento da escola como lugar vivo, democrático, transformador e livre. Assim, o descumprimento do Plano Nacional de Educação está no centro da barbárie que toma a educação nacional.

# META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

**Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche**



**Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche (%)**

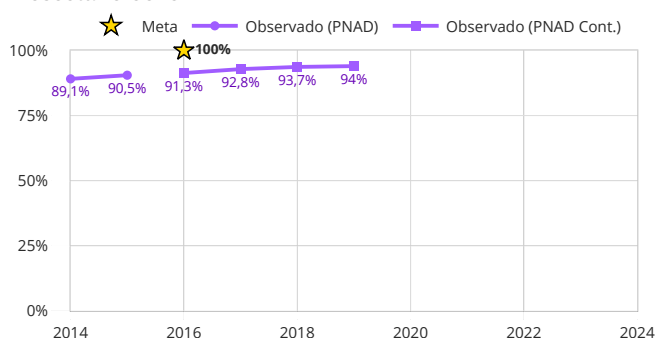
2014	2015	2016	2017	2018	2019
29,6	30,4	31,8	34,1	35,6	37

Fontes: PNAD Anual 2014 e 2015 / IBGE. PNAD Contínua - Educação 2016 a 2019 / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**Varição média no indicador a cada ano**



**Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche**



**Percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche (%)**

2014	2015	2016	2017	2018	2019
89,1	90,5	91,3	92,8	93,7	94

Fontes: PNAD Anual 2014 e 2015 / IBGE. PNAD Contínua - Educação 2016 a 2019 / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**Varição média no indicador a cada ano**





### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Dada a não divulgação da edição 2020 da PNAD Contínua - Educação, não foi possível atualizar os indicadores desta meta em relação ao último Balanço do PNE. A única informação encontrada<sup>1</sup> sobre a publicação no site do instituto trata do seu adiamento para novembro de 2021, prazo que também não foi cumprido. Neste cenário, é fundamental um maior nível de transparência por parte do IBGE sobre eventuais problemas com a pesquisa e/ou sua divulgação.

Previsto para 2016, o dispositivo da meta 1 que determina a universalização do acesso à escola para as crianças de 4 e 5 anos ainda não se encontrava cumprido em 2019, último ano com dados disponíveis, ainda antes da crise sanitária. Além disso, o ritmo de avanço observado até aquele ano sequer era compatível com o seu cumprimento até o fim do PNE, em 2024.

O outro dispositivo da meta 1 estabelece que em 2024 a porcentagem de crianças brasileiras de até 3 anos frequentando escolas ou creches deve ser

igual a 50%. De 2014 a 2019, essa porcentagem foi de 29,6% para 37%, configurando um ritmo de avanço médio insuficiente para atingir esse objetivo dentro do prazo. Se antes da pandemia o cenário indicava o não cumprimento dos objetivos de expansão da Educação Infantil, a expectativa é que um quadro ainda pior se revele assim que se conheça o seu impacto, já que a etapa não é compatível com a educação à distância.

Para além da expansão insuficiente, chama a atenção a participação ainda alta, em alguns estados e no Distrito Federal, de instituições conveniadas no atendimento da Educação Infantil<sup>2</sup>: em 2019, cerca de 20% das matrículas em creches financiadas com o dinheiro público eram em instituições privadas nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará, e o índice salta para 40% em São Paulo e 95% no Distrito Federal. Essas duas unidades federativas também se destacam, junto com Maranhão e Pernambuco, por terem mais do que dobrado o número de matrículas neste tipo de instituição desde 2008, sendo que o aumento no Distrito Federal foi superior a 2200%.

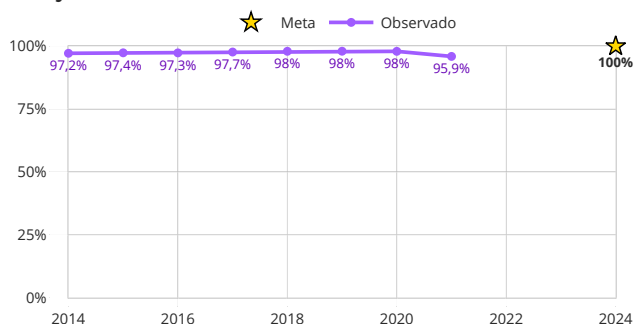
<sup>1</sup> Ver a entrada da data 06/09/2021, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=erramos>

<sup>2</sup> Ver relatório "A Política de Educação Infantil no Brasil: das garantias legais ao financiamento da oferta pública", disponível em [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/sintese\\_live\\_relatorio\\_MIEIB\\_Campanha\\_Fineduca\\_CLADE\\_2021\\_06\\_10.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/sintese_live_relatorio_MIEIB_Campanha_Fineduca_CLADE_2021_06_10.pdf)

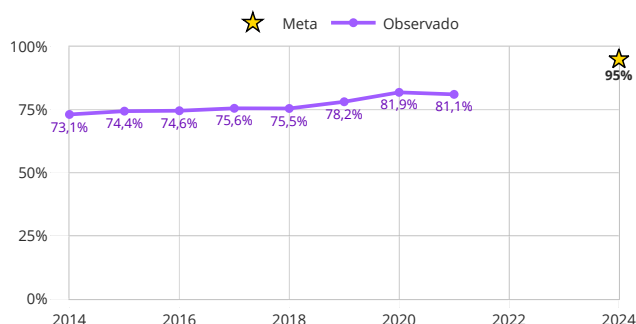
# META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental



Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído



Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
97,2	97,4	97,3	97,7	98	98	98	95,9

Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Varição média no indicador a cada ano

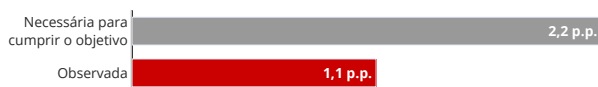


Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
73,1	74,4	74,6	75,6	75,5	78,2	81,9	81,1

Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Varição média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

O acesso de todas as crianças de 6 a 14 anos ao ensino fundamental, que ainda não havia sido conquistado no Brasil antes da pandemia, sofreu um forte impacto em seu segundo ano, caindo a um nível menor do que o observado em 2014.

O número de crianças nessa faixa etária que não frequentam nem concluíram a etapa quase dobrou de 2020 para 2021, saltando de 540 mil para 1,072 milhão. Desse 1,072 milhão de crianças, 262 mil sequer frequentavam a escola, e outras 810 mil estavam escolarizadas, mas em etapas anteriores ao ensino fundamental.

No contexto da crise sanitária causada pela COVID-19, a questão do acesso e da permanência

voltou a figurar entre as principais preocupações relacionadas à educação, mas é importante notar que a exclusão escolar também não era um problema resolvido antes da pandemia, apesar de ter sido por vezes secundarizada no debate. Com isso, não basta um retorno ao padrão pré-crise para que se atenda o que está disposto no PNE.

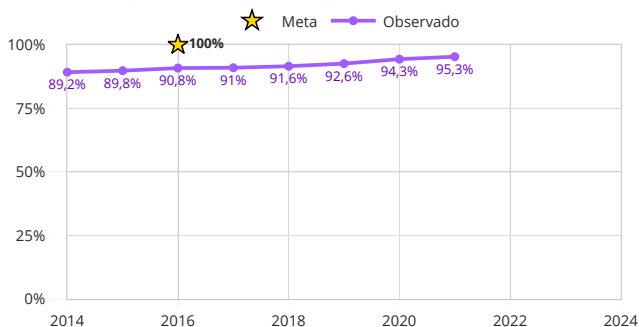
Também houve queda no percentual de jovens concluindo o ensino fundamental na idade adequada. No segundo trimestre de 2020, esse percentual era de 81,9%, caindo para 81,1% em 2021. Com isso, o saldo do período de 2014 a 2021 é de um avanço médio de 1,1 ponto percentual ao ano, menos da metade do que é necessário ao cumprimento da meta no prazo.



# META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica

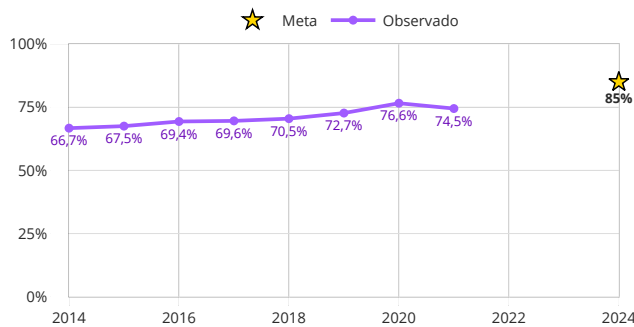


Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
89,2	89,8	90,8	91	91,6	92,6	94,3	<b>95,3</b>

Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa



Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
66,7	67,5	69,4	69,6	70,5	72,7	76,6	<b>74,5</b>

Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

## Varição média no indicador a cada ano



## Varição média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

O primeiro dispositivo identificado na meta 3 propõe a universalização do acesso à escola na faixa dos 15 aos 17 anos. Apesar de não ter sofrido queda em plena pandemia, este dispositivo se encontra em grave atraso, com um total estimado de 433 mil jovens dessa faixa etária ainda fora da escola 5 anos depois do prazo ter se esgotado.

O segundo dispositivo propõe que se atinja uma taxa líquida de frequência ao ensino médio igual a 85% em 2024. Isso significa que, ao final da vigência deste Plano Nacional de Educação, 85% dos jovens de 15 a 17 anos devem estar não apenas frequentando a escola, mas cursando o ensino médio. Entre os anos de 2020 e 2021, houve queda neste indicador, interrompendo uma sequência de altas que ainda não era suficiente para o cumprimento do dispositivo no prazo.

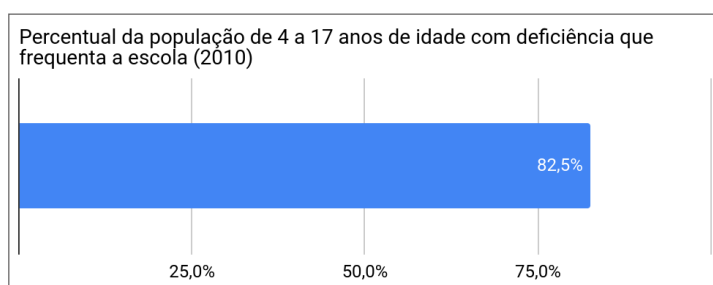
O descumprimento desta meta, seus passos lentos

e o cenário pós-pandêmico reforçam a necessidade de atenção e financiamento adequados a todas as etapas da educação básica, já que o ensino médio é o encerramento deste primeiro ciclo.

Ainda no âmbito da meta 3, um marco negativo foi a Reforma do Ensino Médio, feita sem abertura às críticas de especialistas e da sociedade, prevenindo abertura à privatização e uma proposta de currículo mínimo através de "itinerários formativos". Originada na Medida Provisória 746/2016 e transformada na Lei nº 13.415 de 2017, a reforma precariza a formação das juventudes brasileiras e desresponsabiliza o Estado de sua obrigação constitucional de ofertar educação básica. A tendência é de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da educação de qualidade, aquela que proporciona desenvolvimento integral dos estudantes.

# META 4

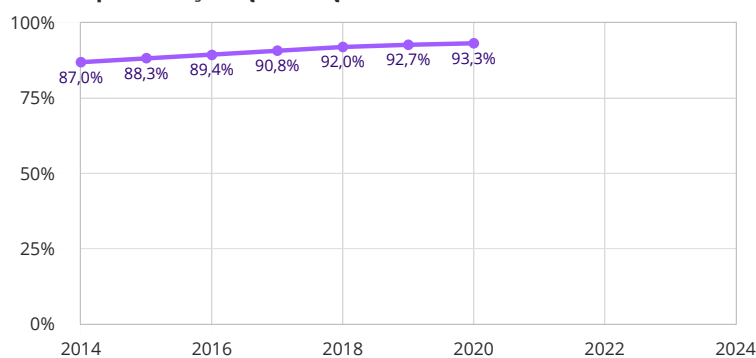
Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.



Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola (%)	
2010	Meta 2016
82,5	100

Fonte: Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREN - INEP / MEC.

## Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que frequentam classes comuns



Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído (%)						
2014	2015	2016	2017	2018	2019	<b>2020</b>
87,0	88,3	89,4	90,8	92,0	92,7	<b>93,3</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

O monitoramento dos dispositivos da meta 4 enfrenta gravíssimos problemas relacionados à falta de informações.

Quanto ao acesso à educação básica, o melhor dado disponível é trazido pelo Censo Demográfico de 2010, produzido pelo IBGE. Naquele ano, 82,5% da população de 4 a 17 anos com deficiência frequentavam a escola, o que significa que o direito à educação de 190 mil dessas crianças, adolescentes e jovens estava sendo negado. Além de ser uma informação desatualizada, o dado do Censo não contempla as populações com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. É fundamental para a efetivação do direito à educação dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação que eles sejam matriculados em classes comuns do ensino regular, ou seja, junto a todos os demais. Entretanto, em 2020 6,7% desses alunos ainda estavam em classes especiais.

Com a restrição no detalhamento dos microdados publicados pelo INEP<sup>3</sup>, ocorrida no início de 2022,

mesmo o cálculo do percentual de alunos de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam classes comuns ficou prejudicado, sendo agora possível apenas a análise de matrículas, e não mais por aluno, amplificando as lacunas informacionais sobre o tema.

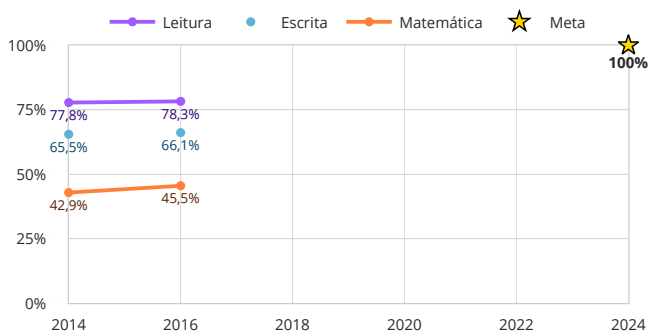
Ainda, o dispositivo relacionado à universalização do Atendimento Educacional Especializado é o mais prejudicado por falta de informações, uma vez que o Censo da Educação Básica, realizado pelo INEP, não coleta dados sobre a demanda deste tipo de atendimento. O percentual de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação matriculados no AEE, antes calculável através dos microdados do Censo da Educação Básica, já não era suficiente para o monitoramento porque, uma vez eliminadas as barreiras à escolarização desse alunado, o AEE não é mais demandado enquanto serviço. Como nem todo aluno desse público precisa estar matriculado no AEE, para monitorar adequadamente este dispositivo é preciso saber se o motivo de um aluno não receber o atendimento educacional especializado é por falta de oferta ou por não precisar mais dele para ter acesso pleno à Educação.

<sup>3</sup> [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPoliticass\\_Inep\\_Posicionamento\\_MicrodadosEnem\\_2022\\_02\\_22\\_FINAL\\_ok\\_mcnZoM2.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPoliticass_Inep_Posicionamento_MicrodadosEnem_2022_02_22_FINAL_ok_mcnZoM2.pdf)

# META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada



Porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental com proficiência adequada, por habilidade (%)

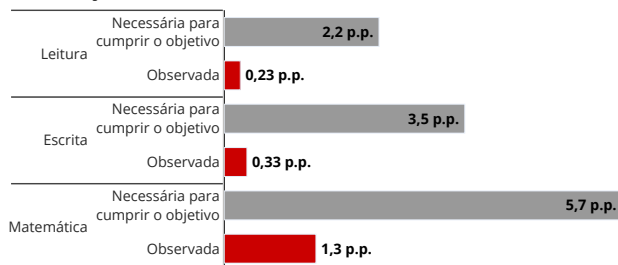
Habilidade	2014	2016
Leitura	77,8	78,3
Escrita	65,5*	66,2
Matemática	42,9	45,5

\* Fonte: ANA / INEP / MEC.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

\*\* Devido a uma mudança na metodologia de aplicação do teste de escrita, os resultados de 2014 e 2016 para essa habilidade não são diretamente comparáveis entre si.

Variação média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / LACUNA DE DADOS



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Para o monitoramento da meta 5, foi usada uma definição de 2015 pelo MEC sobre os níveis adequados de aprendizagem medida pela Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA. De acordo com essa métrica, os resultados da avaliação das crianças do 3º ano do ensino fundamental nas áreas de leitura, escrita e matemática apontam, ainda que de forma limitada pelo caráter do exame, níveis distantes dos propostos na Meta 5.

Mesmo se questionamentos sobre o uso de testes padronizados forem deixados de lado, a situação de monitoramento desta meta através de resultados na ANA é frágil pela ausência de parâmetros claros, transparentes, e amplamente discutidos que embasem quais níveis de desempenho na prova seriam considerados uma alfabetização bem-sucedida. Ao

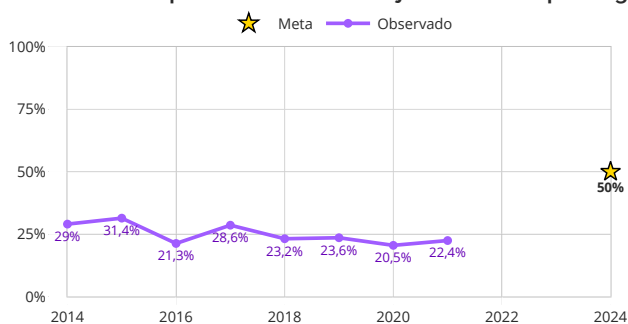
divulgar os resultados da edição de 2016, o MEC, já sob outro governo, propôs uma nova definição mais rigorosa do que seria suficiente, porém sem dar justificativas sobre a mudança de critério. Finalmente, a partir da edição de 2019 do Saeb foi reduzida mais ainda a validade dos resultados da avaliação para o monitoramento da meta 5, uma vez que o exame passou a ser aplicado no 2º ano do ensino fundamental, e não no 3º ano, que é a etapa referida pelo PNE.

Ao contrário do que possa parecer inicialmente, a pressão sobre os sistemas de ensino por resultados na avaliação de alfabetização pode causar prejuízos à qualidade educacional na forma de um foco precoce no letramento e da consequente supressão de outras experiências e atividades que também são fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança.

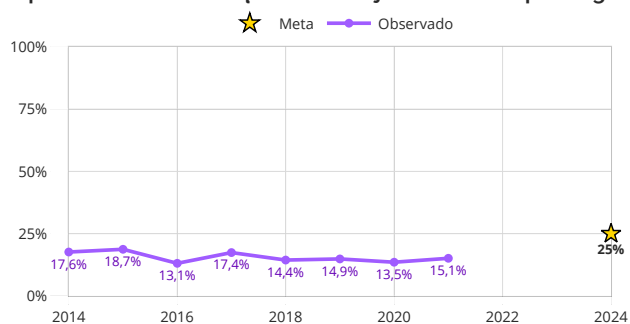
# META 6

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

Percentual de escolas públicas que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral



Percentual de alunos da rede pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral



Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
29	31,4	21,3	28,6	23,2	23,6	20,5	22,4

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Percentual de alunos da Educação Básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
17,6	18,7	13,1	17,4	14,4	14,9	13,5	15,1

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Variação média no indicador a cada ano



Variação média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / EM RETROCESSO / LACUNA DE DADOS



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

A meta 6 apresenta uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, uma vez que em seus dois dispositivos os níveis caíram entre 2014 e 2021, ao invés de subir. Se em 2014 haviam 42.665 escolas e 6,5 milhões de matrículas com jornada em tempo integral, em 2021 os números haviam caído para 30.454 escolas e 5,3 milhões de matrículas, significando uma perda de pouco mais de 10 mil escolas e mais de um milhão de matrículas nesse formato. Desde o início de 2022, soma-se ainda

a esse cenário os entraves ao monitoramento independente dessa meta impostos a partir do conjunto altamente restrito de dados oriundos do Censo da Educação Básica que passou a ser divulgado pelo INEP<sup>4</sup>. Com isso, foi necessário obter os valores dos indicadores para o ano de 2021 por meio da Lei de Acesso à Informação.

Os indicadores apontam também significativa oscilação na oferta de educação em tempo integral, o que pode ser atribuído pelo menos em parte a problemas de continuidade nas políticas voltadas a esse tipo de atendimento durante o período.

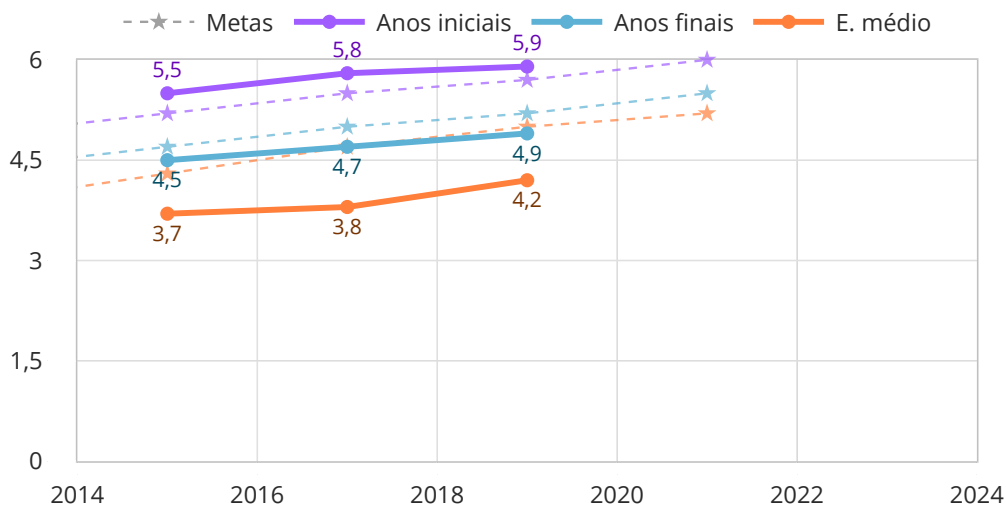
4 [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPolíticas\\_Inep\\_Posicionamento\\_MicrodadosEnem\\_2022\\_02\\_22\\_FINAL\\_ok\\_mcnZoM2.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPolíticas_Inep_Posicionamento_MicrodadosEnem_2022_02_22_FINAL_ok_mcnZoM2.pdf)



# META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

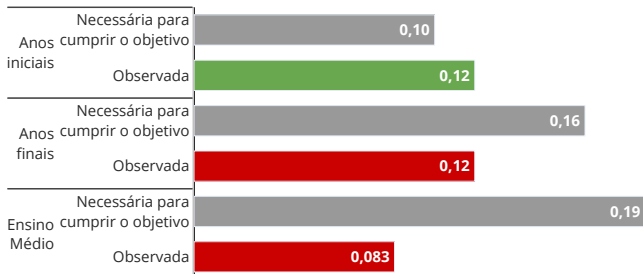


Fonte: IDEB / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Etapa		2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	Ideb	5,2	5,5	5,8	<b>5,9</b>	
	Meta	4,9	5,2	5,5	<b>5,7</b>	6,0
Anos finais	Ideb	4,2	4,5	4,7	<b>4,9</b>	
	Meta	4,4	4,7	5,0	<b>5,2</b>	5,5
Ensino médio	Ideb	3,7	3,7	3,8	<b>4,2</b>	
	Meta	3,9	4,3	4,7	<b>5,0</b>	5,2

Fonte: IDEB / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



## PARCIALMENTE CUMPRIDA



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Durante o PNE, o Ideb tem mantido um padrão de superação das metas nos anos iniciais do ensino fundamental, o que poderia ser atribuído à implantação do ensino fundamental de 9 anos, no qual as crianças passam a entrar aos 6 anos de idade, e não mais aos 7, como anteriormente. Para os anos finais do ensino fundamental, o Ideb se mantém próximo às metas, mas sem cumpri-las. No ensino médio, o

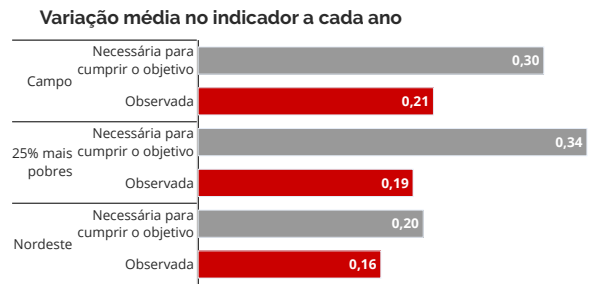
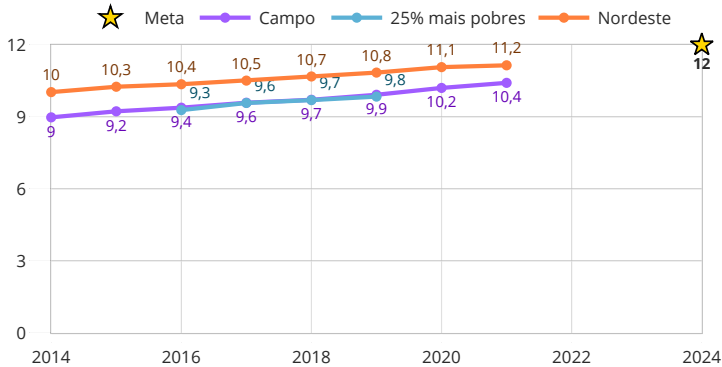
quadro, que vinha sendo de estagnação até o ano de 2017, apresentou uma melhora significativa entre esse ano e 2019, o último com dados disponíveis.

Ao discutir o Ideb, que se baseia no desempenho de alunos em testes padronizados, é válido fazer ressalvas sobre o papel desse tipo de avaliação como medida de qualidade de ensino, já que há controvérsias principalmente sobre o uso e a interpretação que são feitos de seus resultados.

# META 8

*Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

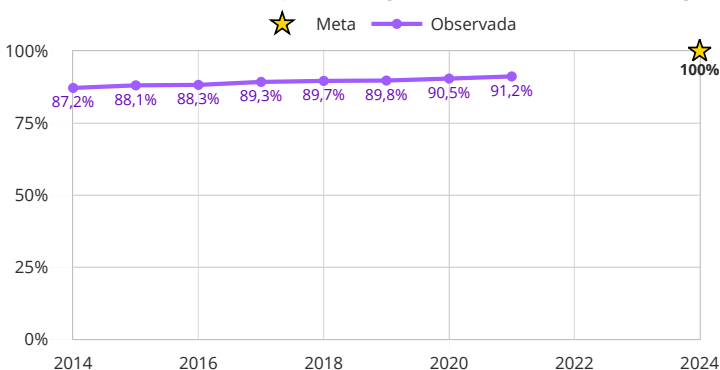
## Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos



Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral (%)								
População	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Campo	9,0	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,2	10,4
25% mais pobres			9,3	9,6	9,7	9,8		
Nordeste	10	10,3	10,4	10,5	10,7	10,8	11,1	11,2

Fonte: PNAD Contínua / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

## Escolaridade média, em anos de estudo, da população negra de 18 a 29 anos, como porcentagem da média dos não-negros



Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Escolaridade média, em anos de estudo, da população negra de 18 a 29 anos, como porcentagem da média dos não-negros (%)							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
87,2	88,1	88,3	89,3	89,7	89,8	90,5	91,2



Fonte: PNAD Contínua / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

A meta 8 tem tido diferentes níveis de sucesso entre seus dispositivos, ainda que de modo geral se possa dizer que, por um lado, nenhum tenha sofrido queda a partir de 2020 ou 2019 e, por outro, nenhum deles esteja avançando o suficiente para ser cumprido no prazo.

Desde 2014, a escolaridade média do Nordeste, região do país onde esse indicador apresenta o menor nível, é a que segue trajetória mais próxima do mínimo necessário ao cumprimento da meta, enquanto na zona rural e entre os 25% mais pobres da população brasileira há uma evolução menor.

A equiparação do status educacional entre as

populações negra e não-negra, por sua vez, é o objetivo que avança mais lentamente. Os resultados evidenciam as desiguais e injustas condições de cidadania encontradas por populações da sociedade brasileira, que também se manifestam na dimensão educacional.

Em relação à pauta das desigualdades educacionais, é especialmente negativo o avanço observado da militarização de escolas, dado que os modelos associados a esse processo demonstram operar<sup>5</sup> em uma lógica de segregação, privilégio e repressão, ou seja, contra a lógica de uma educação básica universal, equitativa e democrática preconizada pelo próprio Plano Nacional de Educação.

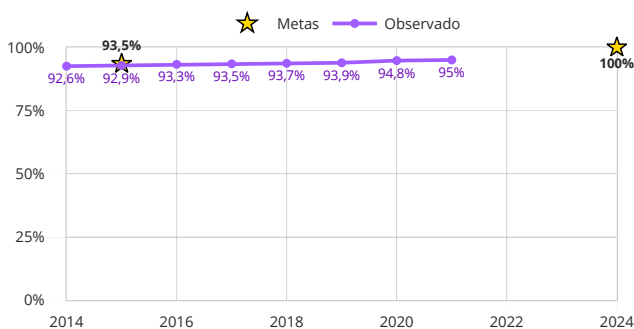
---

<sup>5</sup> Evidências podem ser conferidas na reportagem “Desempenho em análise”, disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-em-analise>

# META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever

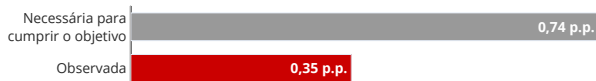


Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais que declaram saber ler e escrever (%)

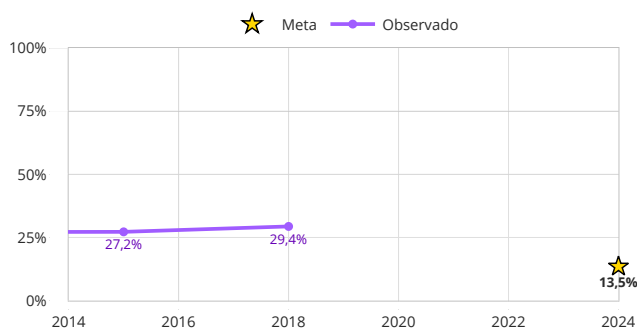
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
92,6	92,9	93,3	93,5	93,7	93,9	94,8	95

Fonte: PNAD Contínua, divulgação trimestral, 2º trimestre / IBGE.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Varição média no indicador a cada ano



Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos



Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos (%)

2011	2015	2018
27,1	27,2	29,4

Fonte: Inaf / IPM - Ação Educativa.

Varição média no indicador a cada ano



**NÃO CUMPRIDA**



## ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Como acontece em outros dispositivos do Plano Nacional de Educação, a taxa de 93,5% esperada para a alfabetização dos brasileiros em 2015 não foi cumprida no prazo. Só 2 anos depois, em 2017, isso aconteceu. Sem uma aceleração, a perspectiva é que o objetivo de universalização estabelecido para 2024 também não seja cumprido no prazo. Até lá, é preciso garantir o direito à educação que foi até agora negado a essas pessoas, que são quase 9 milhões, um contingente maior do que a população de muitos países.

Pior ainda é o quadro do analfabetismo funcional, que avançou, quando deveria regredir. É necessária

uma redução de mais de 15 pontos percentuais da taxa atual até 2024, fim do período de vigência do PNE.

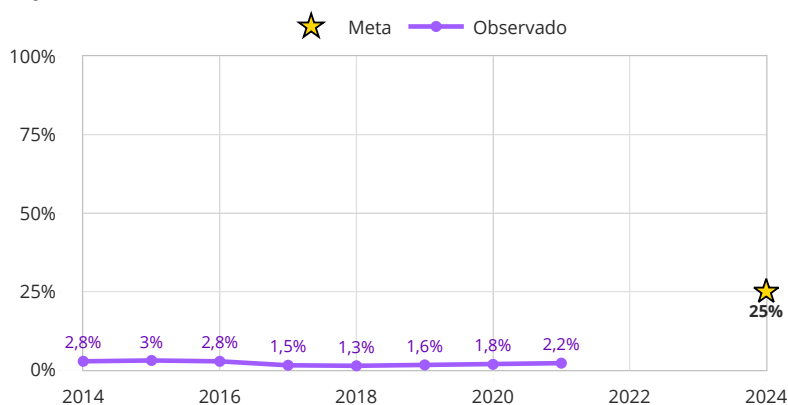
Uma das ações que caminharam contra a reversão desse cenário foi o desmonte do programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa era uma porta de acesso à cidadania e ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado era desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios com altas taxas de analfabetismo. Com o governo atual, o programa foi ainda mais subfinanciado e, praticamente, extinto<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Ver reportagem "Bolsonaro não aplica orçamento do EJA, que pode acabar" em: [redebrazilatual.com.br/educacao/2019/12/bolsonaro-orcamento-eja](https://redebrazilatual.com.br/educacao/2019/12/bolsonaro-orcamento-eja)

# META 10

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

## Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional



Fonte: Censo da Educação Básica e Sinopse Estatística da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional (%)							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2,8	3,0	2,8	1,5	1,3	1,6	1,8	2,2

Fonte: Censo da Educação Básica e Sinopse Estatística da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA/EM RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

O indicador de monitoramento da meta 10 denuncia, junto aos indicadores da meta 9, o abandono da educação de jovens e adultos (EJA) por parte dos governos. A meta estabelece que ao fim da vigência do Plano Nacional de Educação 25% das matrículas na modalidade de EJA estejam vinculadas à educação profissional. No ano de 2021, apenas 2,2%, ou

64.945 das 2.962.322 matrículas de EJA eram integradas à profissionalização, um percentual abaixo dos já distantes 2,8% observados no início do Plano.

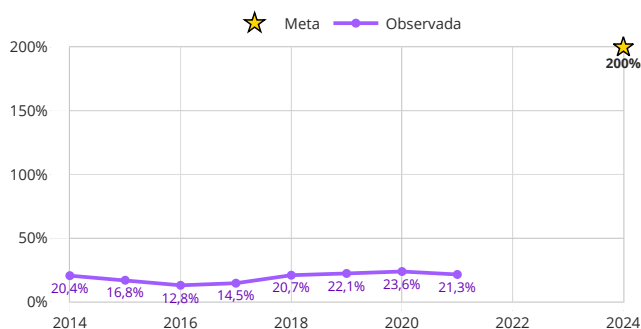
O direito à educação é universal e não pode ser negado àqueles que não puderam acessá-lo na idade ideal. Mais do que isso, é preciso atentar ao contexto e às necessidades específicas da população adulta ao prover esse direito.



# META 11

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013



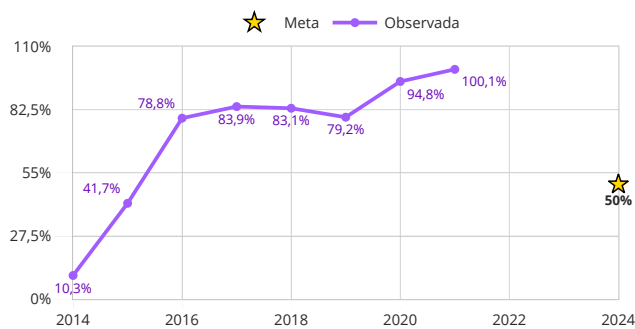
Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013 (%)							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	<b>2021</b>
20,4	16,8	12,8	14,5	20,7	22,1	23,6	<b>21,3</b>

Fonte: Censo da Educação Básica e Sinopse Estatística da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Varição média no indicador a cada ano



Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM



Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM (%)							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	<b>2021</b>
10,3	41,7	78,8	83,9	83,1	79,2	94,8	<b>100,1</b>

Fonte: Censo da Educação Básica e Sinopse Estatística da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Varição média no indicador a cada ano



## PARCIALMENTE CUMPRIDA / EM RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Em relação a 2013, último ano com dados conhecidos quando da aprovação do PNE e sua meta 11, a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) cresceu exclusivamente na rede pública, que chegou, em 2021, a 316 mil novas matrículas, enquanto a rede privada encolheu em 223 matrículas durante a vigência do Plano. Com isso, o ritmo total de expansão da EPTNM é de aproximadamente 40 mil matrículas ao ano, muito aquém das 296 mil anuais necessárias para cumprir o previsto no Plano Nacional de Educação até 2024.

A reforma do ensino médio imposta via medida provisória em 2016, transformada em lei no ano seguinte e atualmente em vias de implementação trouxe, com a inclusão da formação técnica e profissional entre os possíveis "itinerários formativos"

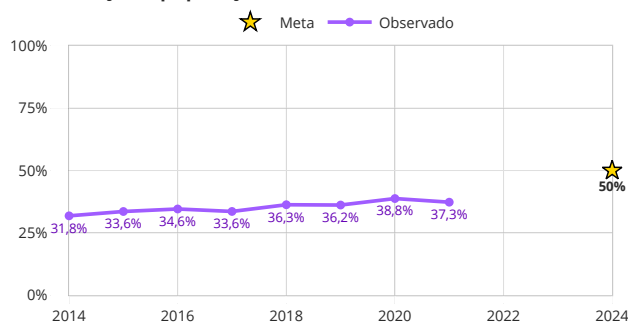
para a etapa, a possibilidade de uma expansão acelerada de matrículas que se aproxime do objetivo estabelecido na meta 11.

No entanto, essa expansão vem acompanhada de sérias dúvidas em relação à manutenção da qualidade prevista na mesma meta, uma vez que a reforma trouxe, além do formato questionável dos itinerários, novidades como a possibilidade de profissionais sem formação docente lecionarem disciplinas do itinerário profissionalizante e a possibilidade de oferecimento de até 30% do ensino médio no formato de educação a distância (EaD). Esta última, para além de questões relacionadas à qualidade, mostrou enormes limitações relacionadas ao próprio acesso -- e, especialmente, à equidade de acesso -- durante a pandemia causada pelo novo coronavírus que emergiu em 2019.

# META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

**População que frequenta ou já concluiu cursos de graduação em relação à população de 18 a 24 anos**

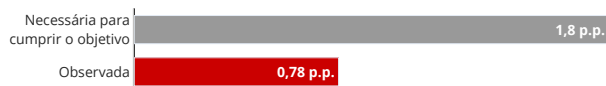


**População que frequenta ou já concluiu cursos de graduação em relação à população de 18 a 24 anos (%)**

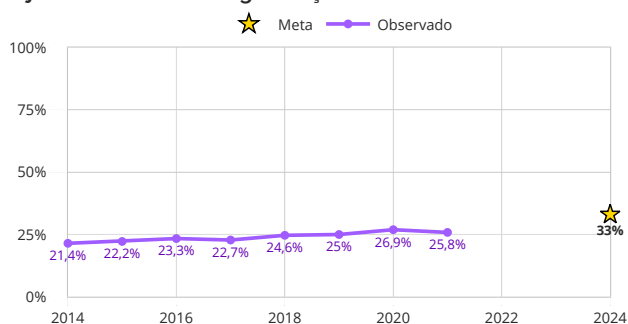
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,8	33,6	34,6	33,6	36,3	36,2	38,8	<b>37,3</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



**Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação**



**Percentual da população de 18 a 24 que frequenta ou já concluiu cursos de graduação (%)**

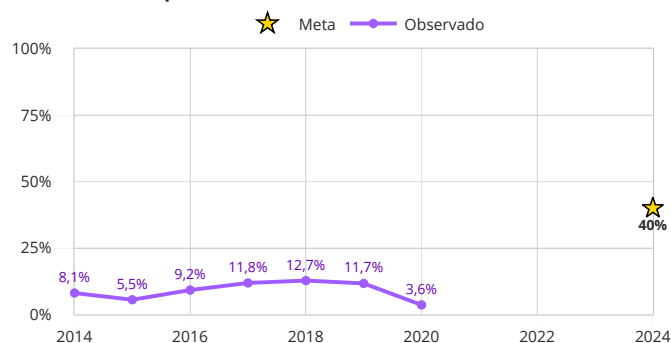
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
21,4	22,2	23,3	22,7	24,6	25	26,9	<b>25,8</b>

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Variação média no indicador a cada ano



## Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior



Fonte: Censo da Educação Superior / MEC / INEP. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

### Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
8,1	5,5	9,2	11,8	12,7	11,7	3,6

Fonte: Censo da Educação Superior / MEC / INEP. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

### Variação média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / EM RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Para o cumprir a meta 12, é preciso que em 2024 o número de **peças de qualquer idade** que frequentam ou já concluíram cursos de graduação seja igual a 50% do total de pessoas de 18 a 24 anos. Isso já demandava um aumento do ritmo de avanço observado até 2020, e o cenário ficou ainda mais grave em 2021, com a queda de 1,5 ponto percentual em relação ao ano anterior.

A situação é similar em relação ao percentual de **peças de 18 a 24 anos** que frequentam ou já concluíram cursos de graduação, que segundo o Plano

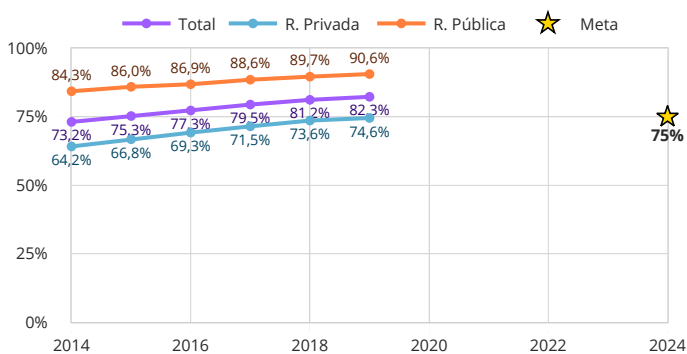
deve atingir o patamar desejado de 33% em 2024, mas caiu de 26,9% para 25,8% entre 2020 e 2021, no contexto da crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19 e da série de cortes na educação superior.

A expansão de matrículas necessária ao cumprimento dos objetivos acima tem se dado de forma excessivamente concentrada na rede privada, o que piorou durante a pandemia. Esse é outro fator que deve ser corrigido. Até 2020, último ano com dados disponíveis, apenas 3,6% das novas matrículas desde 2013 haviam sido criadas na rede pública, muito abaixo do valor mínimo estabelecido de 40%.

# META 13

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

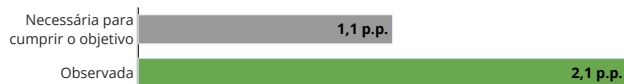
**Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado**



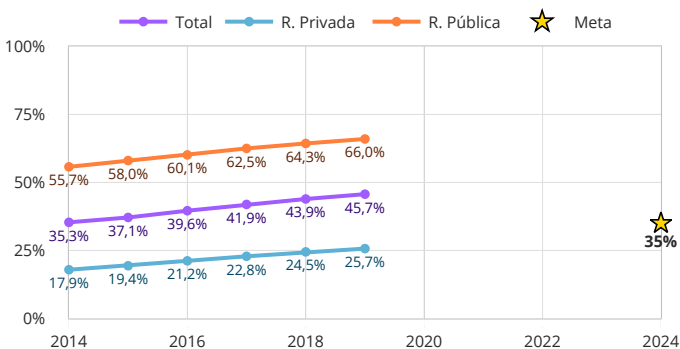
Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Geral	73,2	75,3	77,3	79,5	81,2	<b>82,3</b>
Rede Privada	64,2	66,8	69,3	71,5	73,6	<b>74,6</b>
Rede Pública	84,3	86,0	86,9	88,6	89,7	<b>90,6</b>

Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**Variação média no indicador a cada ano - rede privada**



**Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado**



Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Geral	35,3	37,1	39,6	41,9	43,9	<b>45,7</b>
Rede Privada	17,9	19,4	21,2	22,9	24,5	<b>25,7</b>
Rede Pública	55,7	58,0	60,1	62,5	64,3	<b>66</b>

Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**Variação média no indicador a cada ano - rede privada**





### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Já em 2014 estava superado o dispositivo da meta 13 que diz respeito aos doutores em exercício docente no conjunto do sistema de Educação Superior. Similarmente, a proporção de docentes na Educação Superior que possuía mestrado ou doutorado em 2014 estava tão próxima do nível prescrito que em 2015, nove anos antes do prazo, já era superior a esse objetivo.

Essa situação contradiz o propósito de ter um Plano que oriente os avanços educacionais, além de ir contra a diretriz de melhoria da qualidade da educação expressa no artigo 2º da lei que o aprova. Assim, para estabelecer um caminho adiante, complementa-se aqui o monitoramento da meta 13 com os indicadores desmembrados entre rede pública e

rede privada. Essa separação foi escolhida porque o texto da meta desobrigou o setor privado a melhorar a qualidade que oferece, apesar de concentrar a maioria de matrículas da Educação Superior.

Com o novo formato limitado pelo qual o INEP<sup>7</sup> passou a divulgar os dados do Censo da Educação Superior, não foi possível a atualização dos indicadores para o ano de 2020. Assim, o ano mais recente da série é 2019, no qual a porcentagem de professores do ensino superior privado que possuía doutorado era 25,7%, menos da metade do percentual observado na rede pública. Se mantiver o ritmo em que avançou até aquele ano, a rede privada cumprirá até 2024 a proporção de mestres e doutores entre seu corpo docente, mas não a proporção de doutores.

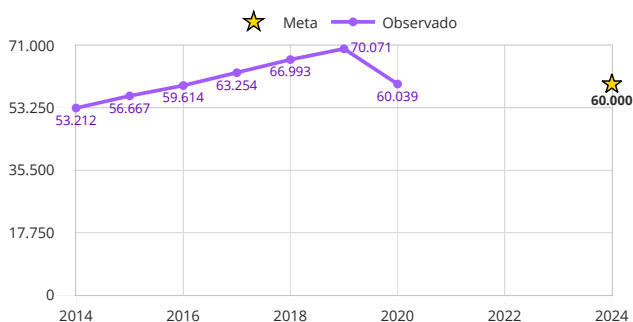
7 [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPolíticas\\_Inep\\_Posicionamento\\_MicrodadosEnem\\_2022\\_02\\_22\\_FINAL\\_ok\\_mcnZoM2.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPolíticas_Inep_Posicionamento_MicrodadosEnem_2022_02_22_FINAL_ok_mcnZoM2.pdf)



# META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

Número de mestres titulados



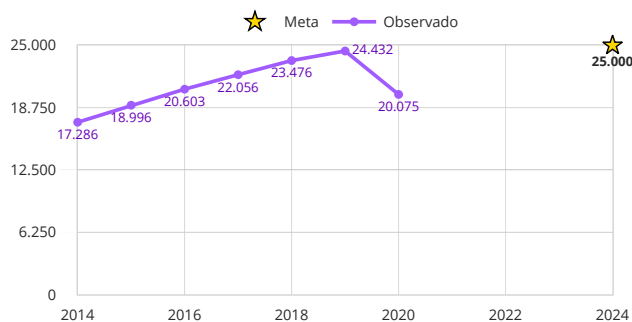
Número de mestres titulados						
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
53.212	56.667	59.614	63.254	66.993	70.071	<b>60.039</b>

Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Variação média no indicador a cada ano



Número de doutores titulados



Número de doutores titulados						
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
17.286	18.996	20.603	22.056	23.476	24.432	20.075

Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Variação média no indicador a cada ano



## PARCIALMENTE CUMPRIDA / EM RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Para 2024, a meta 14 do Plano Nacional de Educação determina que o número de mestres titulados seja igual a 60 mil. Esse nível foi superado em 2017, o que se manteve até 2020, mesmo com a forte queda naquele ano, já no contexto da crise de COVID-19. Mesmo que a quantidade de mestres titulados esteja acima do objetivo para o fim do plano, é preciso que ela se mantenha assim até 2024 para o cumprimento da meta 14.

Já para o cumprimento do dispositivo que diz respeito à formação de doutores, é necessário passar

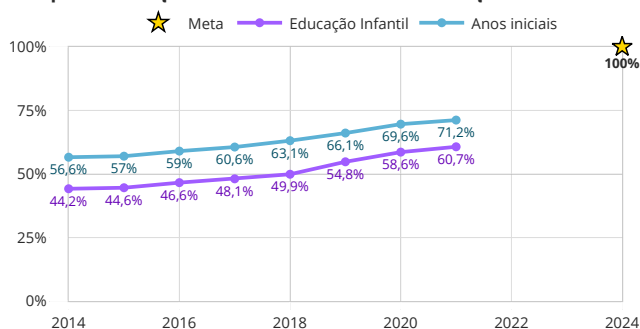
gradualmente dos 17.286 titulados em 2014 para 25.000 em 2024. Em média, isso significa que a cada ano sejam titulados cerca de 771 doutores a mais do que no ano anterior.

Até 2019, o aumento anual médio vinha sendo aproximadamente o dobro desse número, o que sugeria o cumprimento do dispositivo antes do prazo. Em 2020, porém, apenas 20 mil novos doutores foram titulados, uma grande queda em relação ao ano anterior, de modo que o cumprimento deste dispositivo no prazo estará em risco caso o impacto da série de cortes no ensino superior, agravado pela crise de COVID, não seja revertido.

# META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

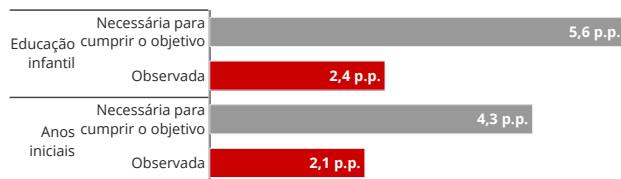
## Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



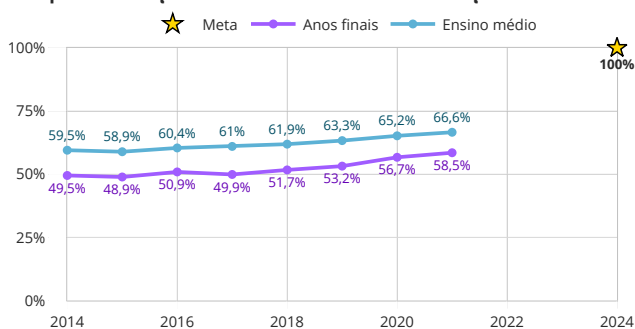
Etapa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ed. infantil	44,2	44,6	46,6	48,1	49,9	54,8	58,6	<b>60,7</b>
Anos iniciais	56,6	57,0	59,0	60,6	63,1	66,1	69,6	<b>71,2</b>
Anos finais	49,5	48,9	50,9	49,9	51,7	53,2	56,7	<b>58,5</b>
Ens. médio	59,5	58,9	60,4	61,0	61,9	63,3	65,2	<b>66,6</b>

Fonte: Indicador de Adequação Docente / INEP / MEC.

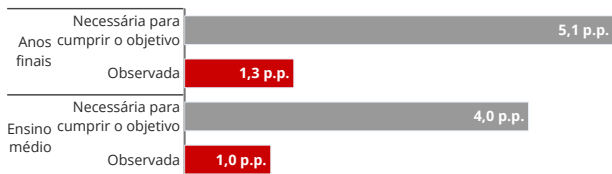
## Varição média no indicador a cada ano



## Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



## Varição média no indicador a cada ano





### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Em nenhuma das etapas da educação básica o avanço no percentual de docências com formação adequada tem sido rápido o suficiente para que se atinja até 2024 o nível estipulado no plano.

Na educação infantil, seria necessário o aumento em 5,58 pontos percentuais ao ano, mas desde o início do Plano Nacional de Educação o crescimento anual tem sido cerca de 2,4 p.p.. Nos anos iniciais do ensino fundamental o aumento tem sido de 2,1 p.p., quando o necessário seria em torno de 4,3 p.p.. Nas etapas posteriores da educação básica, o cenário é ainda menos animador, com o percentual de docências com formação adequada avançando em torno de 1,3 ponto percentual ao ano nos anos finais do ensino fundamental, frente à necessidade de avançar 5 p.p., enquanto no ensino médio o

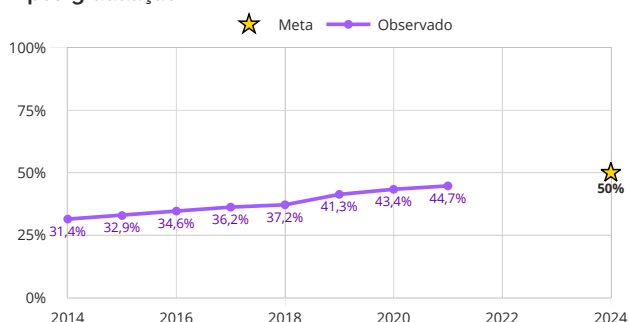
cumprimento da meta dentro do prazo pressupõe um aumento de 4 p.p. ao ano, mas o que tem sido observado é um aumento de cerca de 1 ponto percentual anualmente.

Em 2017, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Formação de Professores, estabelecendo para o currículo dessa formação uma Base Nacional de Formação Docente. A política foi definida de forma impositiva pelo MEC, sem diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES), com os profissionais da educação básica ou com as entidades que os representam. Isso consiste em grave retrocesso para a efetivação de um Sistema Nacional de Educação e de um PNE que levem em consideração a articulação entre formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, de salário e de carreira dos profissionais da educação.

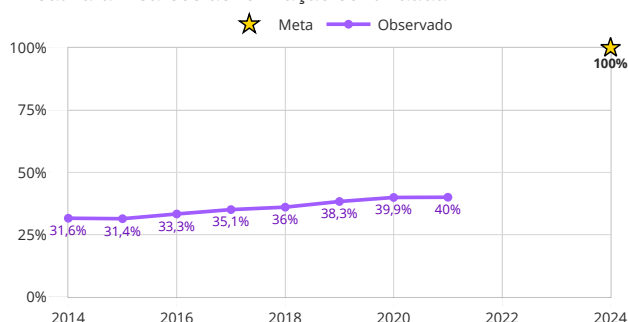
# META 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Percentual de professores da educação básica com pós-graduação



Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada



Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,4	32,9	34,6	36,2	37,2	41,3	43,4	44,7

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Varição média no indicador a cada ano



Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,6	31,4	33,3	35,1	36,0	38,3	39,9	40

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Varição média no indicador a cada ano



**PARCIALMENTE CUMPRIDA / LACUNA DE DADOS**



## ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Um dos objetivos estabelecidos na meta 16 do Plano Nacional de Educação é que a porcentagem de docentes da educação básica pós-graduados seja igual a 50% em 2024. Desde 2014, essa porcentagem vem aumentando a 1,9 pontos percentuais por ano, em média, o que é pouco maior do que o ritmo necessário para atingir o nível disposto no PNE, mas para materializar o cumprimento do objetivo é necessário manter o ritmo observado. O formato restrito de divulgação do Censo da Educação Básica implementado no início deste ano

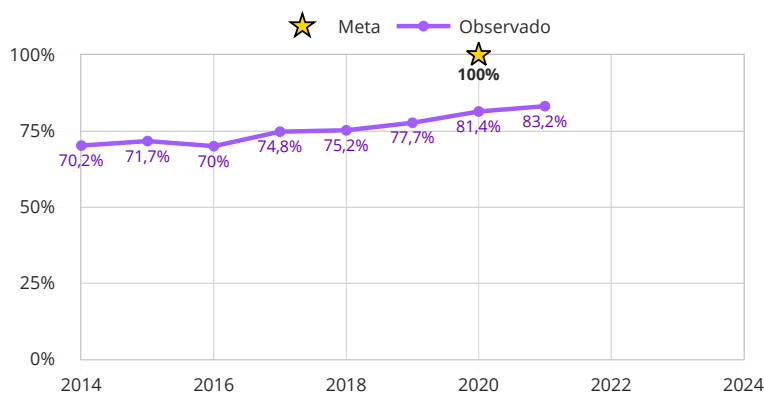
não permite mais o cálculo dos indicadores desta meta. Assim, os dados de 2021 tiveram que ser obtidos via Lei de Acesso à Informação.

A meta 16 também dispõe que todos os professores da Educação Básica devem receber formação continuada em suas respectivas áreas de atuação. Em 2021, ano mais recente calculado, dos 2.230.891 docentes em atividade na educação básica, 1.233.192 ainda não haviam recebido qualquer tipo de formação continuada. Sem mudanças na trajetória de evolução deste quadro, deve-se chegar a 2024 ainda muito distante do objetivo prescrito na meta.

# META 17

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

**Rendimento médio dos docentes com ens. sup. completo das redes públicas, em relação aos demais profissionais de mesma escolaridade**



**Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais**

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
70,2	71,7	70	74,8	75,2	77,7	81,4	83,2

Fonte: PNAD Contínua / IBGE.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

## Varição média no indicador a cada ano



**NÃO CUMPRIDA**



## ENTENDENDO OS NÚMEROS...

Prevista para 2020, a meta de equiparar o salário médio dos professores ao dos outros profissionais de mesma idade não foi cumprida no prazo, tendo avançado a cerca de um terço do ritmo necessário ao seu cumprimento. Sem alteração desse padrão de evolução, a tendência é que ao fim da vigência do atual PNE a situação ainda esteja irregular.

A ausência de um salário digno é um dos principais, senão o principal, indicador da desvalorização da

carreira docente. A reversão desse quadro é fundamental para que a carreira tenha maior atratividade, mas a pauta é historicamente obstaculizada por concepções liberais da economia, sendo frequentemente avançada a proposta de condicionar salários dignos ao cumprimento de metas pouco realistas de desempenho dos alunos em testes padronizados, o que acaba por se configurar como instrumento de perpetuação e justificação perversa da precariedade nas condições de ensino.



# META 18

Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

CUMPRIMENTO DOS QUESITOS DA META 18 NO ANO DE 2018					
Requisito	Unidades Federativas		Municípios*		
	Cumpre	Não cumpre	Cumpre	Não cumpre	Sem informação
Possui plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério	100%	0%	96%	4%	0%
Possui plano de carreira vigente para os profissionais da educação não docentes	81%	19%	39%	61%	0%
Prevê limite máximo de 2/3 da carga horária docente em atividades de interação com os educandos	85%	15%	74%	26%	0%
Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei	70%	30%	74%	26%	0%
<b>Cumprem todos os requisitos da meta 18</b>	<b>52%</b>	<b>48%</b>	<b>24%</b>	<b>76%</b>	<b>0%</b>
Meta 2016	100%	0%	100%	0%	0%

Fonte: Munic e Estadiv 2018 / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

\* Há apenas dois casos de falta de informações sobre o tema na Munic 2018. O município de Brejo - MA se recusou a informar sobre qualquer um dos quatro quesitos à pesquisa; já a pessoa responsável pelas informações de Almas - TO declarou não saber responder sobre a prescrição do "terço" no plano de carreira docente do município.

## NÃO CUMPRIDA / LACUNA DE DADOS



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

A partir de informações prestadas ao IBGE por unidades federativas (estados e o distrito federal) e municípios em 2018, nota-se uma dificuldade de avanço rumo a condições minimamente adequadas de trabalho aos profissionais da educação, já que 2 anos após o prazo a grande maioria dos municípios e quase metade das unidades federativas não cumpria os requisitos necessários. Por um lado, planos de carreira do magistério e remuneração são garantidos em quase todas as redes. Por outro, fatores essenciais à docência, que são o cumprimento do piso salarial, a reserva de um terço da carga horária de trabalho para atividades extraclasse frequentemente ficam de fora dessas garantias. O problema mais prevalente, no entanto, é a ausência de

plano de carreira vigente para os profissionais não docentes da educação.

Considerando todos os dispositivos em conjunto, 13 entre as 27 redes dos estados e do distrito federal e aproximadamente 76% das redes municipais estão em situação irregular segundo a meta 18 do Plano Nacional de Educação.

Para além do atraso no cumprimento desta meta, é grave a ausência de dados adequadamente atualizados que permitam verificar a correção deste quadro. É requisito básico, portanto urgente, que o governo federal organize a coleta ao menos bianual das informações necessárias ao monitoramento desta e de todas as metas do Plano, seja por meio de reorganização das pesquisas já existentes, seja pelo desenvolvimento de novos instrumentos.

# META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Quesitos da Meta 19 relacionados a colegiados extraescolares* - 2018		
	Unidades Federativas	Municípios
Percentual de colegiados extraescolares existentes	100%	84%
<b>Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação</b>	<b>79%</b>	<b>60%</b>
Meta 2016	100%	100%

Fonte: Relatório do 3º ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação / Dired / INEP.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

\* Os colegiados extraescolares são: Conselho Municipal / Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação

\*\* Não há na Munic e na Estad dados sobre recursos fornecidos aos respectivos Fóruns Permanentes de Educação

Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar			
Meta 2016	2019	2020	2021
100%	6,6%	6,6%	6,0%

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC.

Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Percentual de colegiados intraescolares* existentes nas escolas públicas brasileiras			
Meta 2016	2019	2020	2021
100%	37,6%	38,1%	39%

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

\* Os colegiados intraescolares são: conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis

## NÃO CUMPRIDA / EM RETROCESSO / LACUNA DE DADOS



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

A meta 19 do PNE versa sobre a garantia de condições de efetivação da gestão democrática da educação. Essas condições certamente incluem a existência de órgãos e processos de consulta e deliberação pública, ainda que não seja impossível que esses fatores existam formalmente, mas se encontrem esvaziados de sua raiz e função. Assim, são apresentados aqui dados sobre quesitos importantes, mas que não são por si só a efetivação da gestão

democrática. Observa-se que mesmo essas condições limitadas estão em falta.

Em 2021, a maioria dos colegiados intraescolares sequer existia nas escolas públicas brasileiras. De todos os conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis que deveriam existir em todas as escolas municipais, apenas 35% de fato existiam. Nas escolas estaduais, eram 54%, e nas federais 52%. Quando se trata do processo de seleção de diretores, apenas 13% daqueles gerindo

escolas estaduais chegaram ao cargo através de critérios técnicos aliados à eleição com participação da comunidade. Nas escolas federais, o número cai para 8%, e nas municipais para 4%. O formato restrito de divulgação do Censo da Educação Básica implementado no início deste ano não permite mais o cálculo deste indicador, de forma que os dados de 2021 tiveram que ser obtidos via Lei de Acesso à Informação.

Quanto aos colegiados extraescolares, de todos os conselhos municipais ou estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação, 100% existiam na esfera estadual em 2018, último ano com dados disponíveis, mas apenas 84% existiam na esfera municipal. Se considerarmos apenas os colegiados que recebem apoio de infraestrutura e formação, e que portanto têm condições mais efetivas de pleno funcionamento, o número cai para 79% na esfera estadual e 60% na municipal – essas informações sobre recebimento de apoio, no entanto, não contemplam os fóruns permanentes, por falta de

dados. Ainda sobre os colegiados extraescolares, outra lacuna está na ausência de dados mais recentes. Para o efetivo controle social de um plano de dez anos, é inviável que se passem quatro sem atualização de informações relativas a um de seus dispositivos chave.

Com o agravamento da crise política no país sob o governo Bolsonaro, as diretrizes que marcam a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na formulação e no monitoramento de políticas educacionais têm sido enfraquecidas. Face evidente deste fenômeno, o processo de militarização de escolas incentivado pelo atual governo evolui em franca oposição aos princípios mais básicos de gestão democrática ao importar para o contexto educacional valores, práticas e profissionais adaptados à obediência e submissão hierárquica. Há casos documentados, como o do estado do Paraná, onde a própria implementação das escolas cívico-militares se deu em confronto com as diretrizes já existentes de consulta à comunidade<sup>8</sup>. É preciso que a gestão democrática seja a base da construção do Sistema Nacional de Educação.

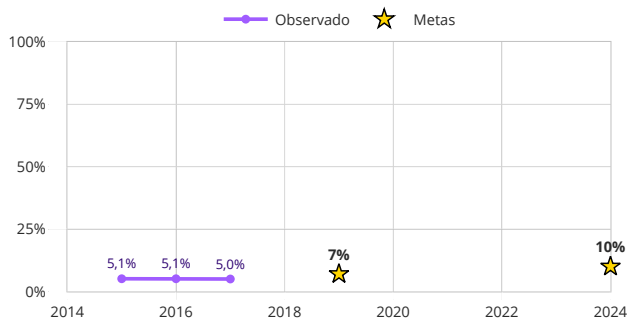
---

<sup>8</sup> Vide o Caso 7 relatado no Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas, disponível em: <https://www.manualdedefesadasescolas.org.br>

# META 20

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

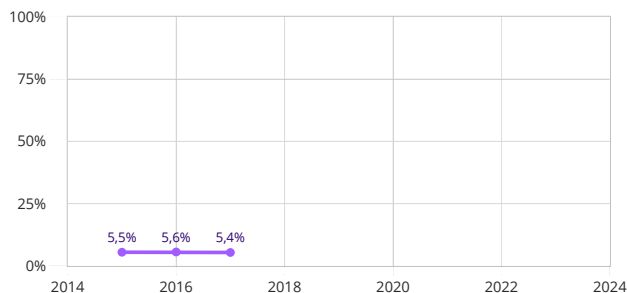
Gasto público em educação pública, em proporção do PIB



Gasto público em educação pública, em proporção do PIB (%)				
2015	2016	2017	Meta 2019	Meta 2024
5,1	5,1	5	7	10

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIRED - INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Gasto público em educação, em proporção do PIB



Gasto público em educação, em proporção do PIB (%)				
2015	2016	2017	Meta 2019	Meta 2024
5,5	5,6	5,4	-	-

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIRED - INEP / MEC.  
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

## Varição média no indicador a cada ano



## NÃO CUMPRIDA / EM RETROCESSO



### ENTENDENDO OS NÚMEROS...

A meta 20 é fundamental para o cumprimento do restante do Plano Nacional de Educação. Por esse motivo, também é instrumental para entender o estado de descumprimento que está exposto neste balanço. Para 2019, o PNE previa uma destinação de 7% do PIB para a educação, o que dificilmente terá sido atingido, já que os gastos estiveram em torno de 5% de 2015 a 2017, tendo uma queda ao invés de subir. A austeridade fiscal que se aprofundou nesse período não saiu de cena desde a aprovação da EC95 do Teto de Gastos.

Para 2024, foi determinado que 10% do PIB seja destinado à educação, uma pauta histórica que encontra ampla ressonância na população. Isso pôde

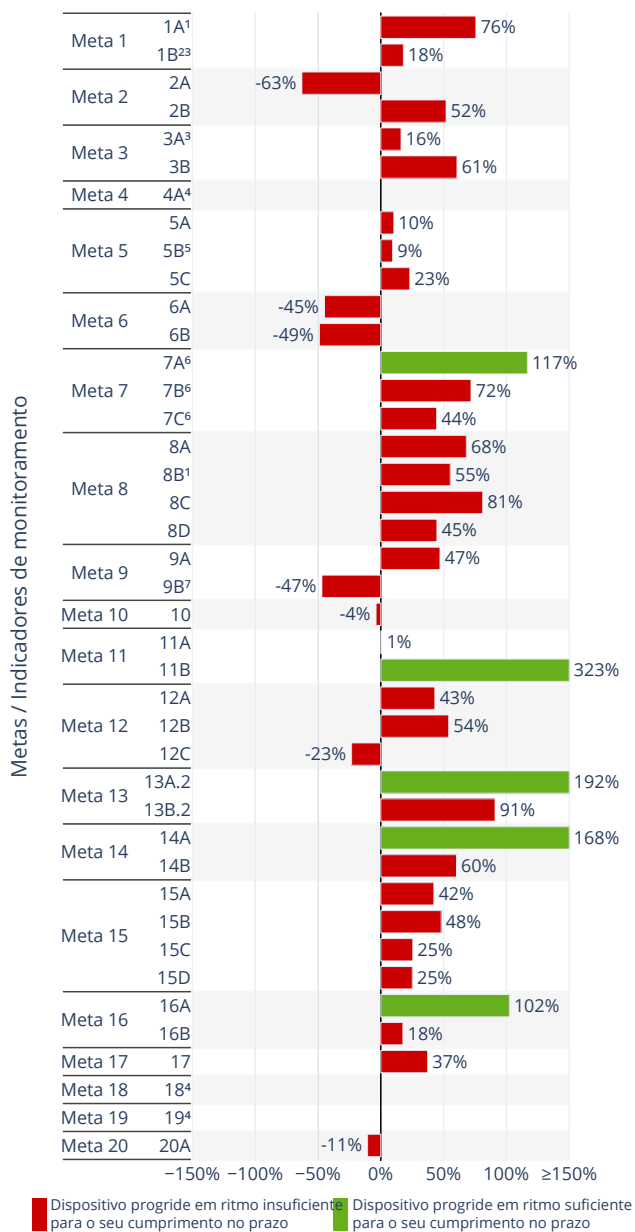
ser observado na forte pressão exercida não só pela área educacional, mas pelo conjunto dos cidadãos rumo à aprovação de um Novo Fundeb pra valer, com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), frente a sucessivas tentativas de desmonte empreendidas pelo governo federal e por partes do Congresso que ao fim restaram minoritárias e foram vencidas.

No entanto, desafios para o financiamento educacional continuam à frente, como a regulamentação do CAQ sob a vigência de um governo que bate recordes negativos de recursos orçados e executados na área de educação<sup>9</sup>. Pelo CAQi/CAQ ser um mecanismo que vincula o financiamento com parâmetros de qualidade para a educação básica, tais insumos básicos também não foram regulamentados e, muito menos, estabelecidos e implementados.

<sup>9</sup> Entre 2019 e 2021, a execução do orçamento da educação caiu R\$ 8 bilhões em termos reais.  
Fonte: <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte>

# INDICADOR DE PROGRESSO DISPOSITIVOS DE METAS

## Progresso no cumprimento das metas do PNE



## ENTENDENDO O GRÁFICO E O INDICADOR...

Com o objetivo de obter em um só gráfico um panorama do descumprimento das metas monitoradas neste Balanço do Plano Nacional de Educação, foi elaborado o Indicador de Progresso. Para obtê-lo, dividimos, para cada dispositivo, a variação média observada desde o início do PNE pela variação média necessária ao seu cumprimento no prazo. Essas variações são as mesmas apresentadas em barras horizontais junto a cada indicador de meta no restante deste monitoramento. Um valor igual a 100% não significa que o indicador em questão já alcançou o nível previsto no PNE, mas sim que tem avançado, em média, o suficiente para o alcançar no prazo o nível previsto.

Disp.	Título do indicador
1A <sup>1</sup>	% de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche
1B <sup>2,3</sup>	% de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche
2A	% da pop. de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o E.F.
2B	% da população de 16 anos com o E. Fundamental concluído
3A <sup>3</sup>	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu a ed. básica
3B	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu o EM
4A <sup>4</sup>	% da pop. de 4 a 17 anos c/ deficiência que frequenta a escola
5A	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em leitura
5B	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em escrita
5C	% de crianças do 3º EF com proficiência adeq. em matemática
6A	% de escolas públicas com oferta de ed. em tempo integral
6B	% de alunos do público alvo atendidos em tempo integral
7A	Ideb - Anos Iniciais
7B	Ideb - Anos Finais
7C	Ideb - Ensino Médio
8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo
8B <sup>1</sup>	Esc. média da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres
8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Nordeste
8D	Esc. média da população negra de 18 a 29 anos vs não-negros
9A	Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever
9B	Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos
10	% de matrículas de EJA integradas à educação profissional
11A	Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013
11B	Participação da r. pública na expansão das matr. na EPTNM
12A	Pop. que freq. ou já concluiu graduação em relação à pop. de 18 a 24 anos
12B	% da pop. de 18 a 24 anos que freq. ou já concluiu graduação
12C	Participação da r. pública na expansão das matr. no E.Sup.
13A.2	% de docentes no E.S. c/ mestrado ou doutorado - rede privada
13B.2	% de docentes no Ens. Superior com doutorado - rede privada
14A	Mestres titulados
14B	Doutores titulados
15A	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Infantil
15B	Prop. de docências com formação adequada - Anos Iniciais
15C	Prop. de docências com formação adequada - Anos Finais
15D	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Médio
16A	% de professores da educação básica com pós-graduação
16B	% de profs. da ed. básica com cursos de formação continuada
17	Rendimento médio dos professores, como proporção do rendimento dos demais profissionais de nível superior (2013)
18	Requisitos da Meta 18
19 <sup>4</sup>	Requisitos da Meta 19
20A	Gasto público em educação pública, em proporção do PIB

Notas: 1) Não há dados da Pnad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) Dados da Pnad anual foram comparados aos da Pnad contínua para o cálculo, apesar de não serem diretamente compatíveis; 3) Prazo em 2016; 4) Não tem indicador de progresso, pois é necessário haver dados para mais de um ano; 5) Resultados de 2016 e 2014 foram comparados, apesar de não serem diretamente compatíveis; 6) Não há Ideb para 2014. Ano de 2013 adotado como ponto inicial; 7) Não há Inaf para 2014. Ano de 2015 adotado como ponto inicial.

Entre no site da SAM 2022: [semanadeacaomundial.org](http://semanadeacaomundial.org)

tenha acesso a mais informações sobre a temática;  
conheça todas as nossas sugestões e dicas para suas atividades na  
página “Como participar?”;  
Baixe materiais da Semana – também em formatos acessíveis;  
compartilhe fotos, vídeos e notícias sobre a SAM na sua comunidade!

#### Contato

[sam@campanhaeducacao.org.br](mailto:sam@campanhaeducacao.org.br)

#### Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação:



#### Comitê técnico:



#### Apoio:



#### Coordenação:



Criada em 1999, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é uma articulação de centenas de movimentos e organizações da sociedade civil que atuam para que todas e todos tenham garantido seu direito à educação pública e gratuita de qualidade.



ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL CC BY-NC

Exceto onde indicado de outra forma, todos os conteúdos disponibilizados neste website, estão licenciados com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - 4.0 Internacional.



SEMANA  
DE AÇÃO  
MUNDIAL

2022

[semanadeacaomundial.org](http://semanadeacaomundial.org)



**COMPROMISSO**

**PARA A ELEIÇÃO:**

**NÃO CORTE**

**DA EDUCAÇÃO!**